
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

GABINETE DA PREFEITA
LEI ORDINÁRIA Nº 1.504, DE 27 DE JANEIRO DE 2026.

TERMO DE SANÇÃO e PROMULGAÇÃO
A **PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ-RN**, no uso de suas atribuições (art. 48, *caput*, e art. 65, inciso III, da Lei Orgânica Municipal), não identificando qualquer inconstitucionalidade, seja de natureza formal ou material, bem como inexistindo dispositivos contrários ao interesse público, decide **SANCIONAR** e **PROMULGAR** o Projeto de Lei Legislativo nº 001/2026 do Poder Legislativo do Município de Jardim do Seridó, que “*Dispõe sobre o reajuste do auxílio alimentação concedido vereadores e servidores da Câmara Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.*” Aprovado pela Câmara Municipal de Jardim do Seridó-RN, o qual terá a seguinte numeração: Lei Ordinária nº 1.504.

Publique-se a Lei Ordinária nº 1.504 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, a fim de garantir a população o conhecimento sobre a existência da nova lei.

Município de Jardim do Seridó-RN, 27 de janeiro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.504, DE 27 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre o reajuste do auxílio alimentação concedido vereadores e servidores da Câmara Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.402, de 21 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de reposição inflacionária do valor do auxílio alimentação concedido aos Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, Lei Municipal nº 1.402, de 21 de dezembro de 2023; e,

CONSIDERANDO, por fim, a disponibilidade financeira e orçamentária,

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Mesa Diretora da Câmara Municipal apresentou o presente Projeto de Lei, o Plenário o aprovou, e o Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fixar o valor mensal do auxílio alimentação a ser pago no âmbito da Câmara Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte em R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) para os vereadores e R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) para os servidores.

Art. 2º. Este Projeto de Lei entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 27 de janeiro de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA

Prefeita Municipal

Publicado por:

Silvia Azevedo da Costa

Código Identificador:0225A20A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 28/01/2026. Edição 3718
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO PROJETO DE LEI 001/2026 - REAJUSTE DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

QUADRO 01

FUNÇÕES/NÚMERO DE VAGAS		DESPESA ATUAL			DESPESA FUTURA					
		MEMÓRIA DE CÁLCULO DO CUSTO MENSAL POR FUNÇÃO E NÚMERO DE VAGAS			MEMÓRIA DE CÁLCULO DO CUSTO MENSAL POR FUNÇÃO E NÚMERO DE VAGAS			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO EM CONFORMIDADE COM OS LIMITES DO ART. 16, I LC 101/200		
CARGOS (a)	QUANT. (b)	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO 2026 (c)	CUSTO MENSAL COM AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (d)=(b*c)	CUSTO ANUAL POR FUNÇÃO (e)=((b*c)*12)	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ACRÉSCIMO (f)	CUSTO MENSAL COM O ACRÉSCIMO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (g)=(b*f)	CUSTO ANUAL COM O ACRÉSCIMO DO AUXÍLIO POR FUNÇÃO EM 2026 (h)=(g*12)	TOTAL DO IMPACTO EM 2026 (i)=(e+h)	TOTAL DO IMPACTO EM 2027 (j)=((c+f)*b)*12)	TOTAL DO IMPACTO EM 2028 (k)=((c+f)*b)*12)
VEREADORES	8	1.200,00	9.600,00	115.200,00	500,00	4.000,00	48.000,00	163.200,00	163.200,00	163.200,00
PRESIDENTE	1	1.200,00	1.200,00	14.400,00	500,00	500,00	6.000,00	20.400,00	20.400,00	20.400,00
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
ASG EFETIVA	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
ASG CONTRATO TEMPORÁRIO	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
AGENTE DE CONTRATAÇÃO	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
CHEFE DE GABINETE	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
CHEFE DO SETOR DE ARQUIVO	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
CONTADORA	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
CONTROLADOR	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
DIRETOR DE SESSÃO LEGISLATIVA	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
DIRETOR DO PROCON LEGISLATIVO	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
PROCURADORA JURÍDICA	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
TESOUREIRO	1	700,00	700,00	8.400,00	150,00	150,00	1.800,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00
TOTAL		10.800,00	19.200,00	230.400,00	2.800,00	6.300,00	75.600,00	306.000,00	306.000,00	306.000,00

DEMONSTRATIVO DE ORIGEM DE RECURSOS PARA CUSTEIO (l)	
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA	ACRÉSCIMO ANUAL
3.3.90.46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	75.600,00

NOTAS EXPLICATIVAS E MÉMORIAS DE CÁLCULO:

Quadro 01

(a) Total de cargos existentes no quadro funcional da Câmara, alcançados pelo Projeto de Lei 001/2026;

(b) Quantitativo de vagas existentes no quadro;

(c) Valor do Auxílio Alimentação pago atualmente;

(d) Custo mensal com o pagamento do auxílio alimentação: fórmula matemática utilizada: (b*c);

(e) Custo anual com o pagamento do auxílio alimentação: fórmula matemática utilizada: ((b*c)*12);

(f) Valor do acréscimo do auxílio alimentação proposto pelo Projeto de Lei;

(g) Custo mensal com o acréscimo do auxílio alimentação proposto pelo Projeto de Lei: : (b*f);

(h) Custo anual com o acréscimo do auxílio alimentação em 2026: fórmula matemática utilizada: (g*12), foi considerado o custo mensal com o acréscimo do auxílio alimentação no período de janeiro a dezembro

(i) Impacto Orçamentário e Financeiro em 2026: fórmula matemática utilizada: (e+h), foi considerado o custo anual atual (e), acrescido do custo mensal com o acréscimo do auxílio (h)

(j) Impacto Orçamentário e Financeiro em 2027: fórmula matemática utilizada: ((c+f)*b)*12)

(k) Impacto Orçamentário e Financeiro em 2028: fórmula matemática utilizada: ((c+f)*b)*12)

(l) Origem de recursos no Orçamento do Órgão para custeio da despesa objeto de aumento no PL 001/2026.



DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Declaro para fins de comprovação conforme exigência trazida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC nº 101/2000), em seu inciso II, art. 16, que o aumento da despesa decorrente da aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 001/2026, que trata do reajuste do auxílio alimentação pago pela Câmara Municipal de Jardim do Seridó, aos seus vereadores, servidores efetivos, comissionados e contratados temporários, apresenta adequação orçamentária e financeira na vigente Lei Orçamentária Anual de 2026 (Lei Municipal nº 1.495/2024) e compatibilidade com o Plano Plurianual de 2026-2029 (Lei Municipal nº 1.496/2026 e alterações posteriores) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 (Lei Municipal nº 1.474/2026 e alterações posteriores).

Jardim do Seridó-RN, 21 de janeiro de 2026.

OZIRES BORGES VILAR NETO

Presidente